



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Reestruturação das Empresas Públicas e Participadas pelo Estado

Empresas selecionadas para privatização

Por: Inocência Mapisse

Empresas Selecionadas para reestruturação não são prioritárias

- Parte significativa das empresas públicas e participadas pelo Estado apresentam-se em situação financeira debilitada.
- 2019 - 42% das empresas públicas em situação líquida negativa

Ex: - 31,4 milhões de meticais – TVM

- 14,8 mil milhões de meticais - EDM

Tabela 1: Situação Financeira das Empresas Públicas em 2019 (mil Meticais)

Nº	EMPRESAS	Situação Liq. Inicial A	Proveitos B	Custos C	Variação D a)	Situação Liq. Final D=A+B-C+D
1	Aeroportos de Moçambique	283.912,73	4.994.957,28	5.735.516,66	11.566.428,85	11.109.782,19
2	Correios de Moçambique	-13.584,83	309.192,02	333.687,31	-121.406,57	-159.486,68
3	Electricidade de Moçambique	-4.857.640,00	46.623.490,00	53.624.730,00	-2.935.300,00	-14.794.180,00
4	Emodraga	1.629.259,25	1.300.252,68	1.410.742,90	-276.940,95	1.241.828,08
5	Empresa Nac. de Hidrocarbonetos	2.354.922,00	11.695.052,00	11.179.158,00	18.071,00	2.888.887,00
6	Hidráulica de Chokwé	-223.898,00	118.277,00	118.823,00	55.457,00	-168.987,00
7	Imprensa Nacional de Moçambique	69.482,74	197.691,92	178.688,71	0,00	88.485,96
8	Portos e Caminhos de F.de Moc.	44.577.790,56	18.904.953,00	15.781.338,00	-1.429.565,56	46.271.840,00
9	Rádio Moçambique	-2.021.165,35	742.605,87	837.507,20	272.091,22	-1.843.975,47
10	Televisão de Moçambique	-161.882,03	827.045,06	864.652,59	168.119,72	-31.369,84
11	Parque Nac. De Ciencia e Tecnol. Mal	6.061,65	43.810,92	43.913,93	73,91	6.032,56
12	Regadio do Baixo Limpopo	-9.442,59	131.955,14	121.591,90	32.740,79	33.661,44
	TOTAL	41.562.099,13	85.889.282,89	90.230.350,20	7.349.769,43	44.570.801,24

a) Ajustes e correcções após auditorias às contas das empresas.

Empresas públicas – Correios de Moçambique

- Os Correios de Moçambique posiciona-se em 4º lugar no ranking das empresas públicas com a situação financeira frágil.
- Hidráulica de Chókwé - 90 vezes pior que a dos Correios de Moçambique.

Argumento usado

- O modelo e o objecto do negócio dos Correios de Moçambique encontram-se desajustados da realidade e por isso a empresa precisa de uma redefinição do objecto social e deve ser transformada em Sociedade Anónima (SA).
- Ora, é questionável a necessidade de contratação de uma empresa para transformar uma empresa pública em SA.
 - Qual seria o papel do IGEPE?
 - Não há capacidade interna dentro do IGEPE para transformar uma empresa pública em SA?
- **A gravidade da situação líquida destas empresas, associada à frequência com a qual estas recorrem aos cofres do Estado para financiar as suas actividades, deveriam ser estes aspectos a ditarem a prioridade na escolha daquelas que vão a reestruturação ou que devem beneficiar de intervenção.**

Empresas Participadas - Domus, a Emose e a STEMA.

- **Sociedade de Gestão Imobiliária (Domus)**

Não é eficiente o Estado competir, como accionista de referência, com o sector privado num mercado bastante dinâmico e competitivo, sendo que, por isso, pretende alienar a sua participação na totalidade.

Neste caso, é compreensível a reestruturação da Domus pois a mesma não é estratégica nem estruturante, conforme argumenta o IGEPE. No entanto, julga-se que esta não é uma empresa cuja reestruturação seja prioritária pois existem outras em situação pior, conforme apresentado acima.

EMOSE

- Não é estratégica nem estruturante, o que quer dizer que não se enquadra no plano de desenvolvimento do País.
- A ENDE, 2015-2035, menciona em relação a seguros, que é preciso introduzir o seguro agrícola para assegurar a rápida recuperação do sector produtor, pós-desastres. Esse argumento faz todo o sentido num contexto em que o país está cada vez mais assolado por desastres naturais, como os ciclones IDAI e Kenneth que assolaram a zona centro em 2019 e recentemente a tempestade tropical Chalane que afectou as zonas centro e sul do país em 2020. Estando o país cada vez mais propenso a desastres naturais, que afectam significativamente o sector da agricultura, é fundamental que haja uma seguradora dedicada a prover serviços de seguros a esta actividade a preços razoáveis para os agricultores. É mais provável que a EMOSE assuma este papel em detrimento das seguradoras do sector estritamente privado, que ao serem obrigadas a assumir este papel o fariam a preços insustentáveis para os produtores.
- Outro argumento do IGEPE para privatizar a lucrativa EMOSE é o de que o Estado é ISSM, regulador do mercado de seguros. “Assim, não é eficiente o Estado, em simultâneo, assumir a função de accionista de referência [da EMOSE] porque configura um conflito de interesses”.
- Este argumento não encontra, no entanto, correspondência em outros sectores onde o Estado é simultaneamente regulador e operador.

STEMA

- STEMA precisa de realizar avultados investimentos de modernização para repor a capacidade operacional que se encontra danificada por causa de um incêndio ocorrido há alguns anos”, devendo, por isso, o Estado , reduzir a sua participação na Empresa mediante alienação de uma parte ao sector privado para, por via disso, obter dividendos.
- Compreende-se a necessidade de se repor a capacidade operacional da empresa e que o Estado não esteja em condições de arcar com os custos. Entretanto, o argumento de que a mesma não é estratégica nem estruturante é bastante questionável num contexto em que o incremento da produção agrícola tem sido a tónica nos discursos do Governo. Com o aumento da produção agrícola aumenta a demanda por silos para o aprovisionamento de cereais .

Risco para Finanças Públicas

		Níveis de Risco de Crédito		
		Baixo	Moderado	Alto
Tamanho de Activos	Grande	Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique		Aeroportos de Moçambique, Eelectricidade de Moçambique, Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
	Média		EMODRAGA, Empresa Moçambicana de Parques de Ciência e Tecnologia	Televisão de Moçambique, Rádio Moçambique, RBL, ENCM
	Pequena	Imprensa Nacional de Moçambique		Hidráulica de Chókwè

Conclusão

- **A escolha das empresas citadas para reestruturação não tomou em consideração as que representam maiores custos para o Estado actualmente, o que põe em causa os benefícios dessa acção face ao custo. Sendo que, questiona-se a racionalidade na priorização das empresas a se beneficiarem de reforma.**
- **Ao invés de se investir recursos para a reestruturação das empresas menos onerosas aos cofres do Estado, o Governo deveria priorizar aquelas com a situação financeira mais crítica que poderiam beneficiar-se destes montantes para sua revitalização.**

Sendo assim, recomenda-se:

- **- Tomar em consideração o custo e outras variáveis específicas na priorização das empresas a se beneficiarem de reforma/reestruturação o que poderá permitir a racionalização da despesa pública, o balanço entre custos e benefícios da reforma e maior eficiência de empresas com mais potencial;**
- **- Garantir mais transparência na selecção da empresas alvo de reestruturação divulgando os critérios definidos para o efeito;**
- **- Estimar os benefícios e/ou poupança que o Estado poderá obter proveniente da reforma a do sector empresarial;**